

Reunião debate gestão compartilhada do Horto

Segundo Estado, duas empresas têm interesse em assumir a área

Felipe Ferreira

felipeferreira@jportal.com.br

Desde o lançamento do chamamento público feito pelo governo estadual para prospectar possíveis interessados em assumir a gestão do Horto Florestal de Tupi, ao menos duas empresas manifestaram intenção de explorar o espaço público como concessionários. A informação foi divulgada ontem, durante reunião de trabalho que debateu o futuro da área de Mata Atlântica administrada pelo Instituto Florestal, órgão governamental paulista. O evento foi organizado pelo Gaema (Grupo de Atuação de Defesa do Meio Ambiente) e realizado na sede do Ministério Público Estadual de Piracicaba.



Claudio Coradini/JP

Reunião foi realizada pelo Gaema ontem à tarde

O encontro foi o primeiro depois da divulgação da possibilidade do Horto de Tupi ter gestão compartilhada, tripartite, entre Instituto Florestal, Prefeitura de Piracicaba e Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz). Participaram do ato o secretário municipal de Defesa do Meio Ambiente José Otávio Machado Mentem, secretário estadual

do Meio Ambiente Ricardo Salles e o diretor do Instituto Florestal Luiz Alberto Bucci. Oficialmente a Esalq não enviou representantes para o evento. Ainda assim, dois docentes da entidade participaram do encontro.

Durante a reunião os representantes do governo paulista revelaram que, anualmente, a Estação Experimental de Tupi custa R\$ 1,7

milhão aos cofres públicos. O valor é considerado "alto demais" por Ricardo Salles, o que justificaria os planos do Palácio dos Bandeirantes de privatizar ou conceder a área à iniciativa privada.

A possibilidade de dividir as responsabilidades na gestão do Horto foi o tema central do encontro. Entre as propostas apresentadas está a que a Sedema (município) assumira uma área de cerca de 22 hectares nas imediações do lago, que seria explorada para visitação e turismo. Área de 20 hectares permaneceria com o Instituto Florestal que também poderia ser privatizado ou concedido. Não houve entendimento de quais seriam as responsabilidades da Esalq.

Segundo o promotor Ivan Carneiro Castanheiro o saldo do encontro foi positivo. "A reunião foi produtiva visto que o Ministério Públi-

co se preocupa mais com o que será feito e menos com quem irá fazê-lo. Foram apresentadas propostas de vários segmentos, o que in-

dica que poderá ser viável a gestão compartilhada, sendo necessários apenas o entendimento das atribuições de cada um", afirmou.

